



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

**A REDE COLABORATIVA INCLUIR E A FORMAÇÃO DE
DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

JULIANA NILMARA FELIPE DE ARAÚJO

BANANEIRAS/PB

2021

JULIANA NILMARA FELIPE DE ARAÚJO

**A REDE COLABORATIVA INCLUIR E A FORMAÇÃO DE
DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus III – Bananeiras, requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Maurício Rebelo Martins

BANANEIRAS/PB

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663r Araújo, Juliana Nilmara Felipe de.

A rede colaborativa incluir e a formação de docentes
para a educação inclusiva / Juliana Nilmara Felipe de
Araújo. - Bananeiras, 2021.

26 f.

Orientação: Maurício Rebelo Martins.

TCC (Graduação) - UFPB/CCHSA.

1. Educação Inclusiva; Formação de Docentes;
Formação. I. Martins, Maurício Rebelo. II. Título.

UFPB/CCHSA-BANANEIRAS

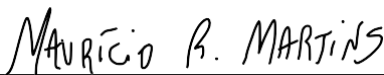
CDU 37 (043)

A REDE COLABORATIVA INCLUIR E A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

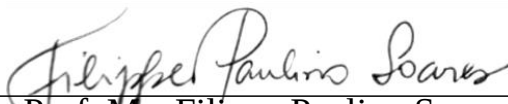
Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como
requisito para obtenção do diploma de Licenciada
em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba,
pela comissão formada pelos (as) professores (as):

Aprovada em: 10/Dezembro/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Maurício Rebelo Martins
Orientador



Prof. Me. Filipe Paulino Soares
Examinadora Titular



Prof. Dra. Silvânia Lúcia De Araújo Silva
Examinador Titular

A REDE COLABORATIVA INCLUIR E A FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA¹

Juliana Nilmara Felipe de Araújo²

RESUMO

O presente artigo tem como propósito estudar a formação de docentes para a educação inclusiva. Compreendemos que ela exerce um papel fundamental para atender as demandas do sistema educacional. Nos interessamos por essa temática porque os desafios postos pela educação inclusiva podem contribuir para gestores e docentes ressignificarem suas atitudes e práticas. Para compreender a importância da formação continuada na região do Brejo Paraibano, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância da Rede Colaborativa Incluir na Formação continuada de Docentes para Educação Inclusiva. Para contemplar o objetivo estipulado, realizamos uma pesquisa de natureza exploratória básica, de cunho qualitativo e de método fenomenológico. Utilizamos também, como procedimento técnico, o estudo de caso e a pesquisa documental. Além disso, realizamos entrevistas com o auxílio da plataforma Google Meet e com um roteiro semiestruturado com três colaboradores da Rede Colaborativa Incluir. Por fim, analisamos as entrevistas dos colaboradores a fim de entender as origens da Rede Colaborativa Incluir, seus objetivos, avanços e desafios. O aporte teórico foi fundamentado nos documentos institucionais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Estatuto da Pessoa com Deficiência, documentos e registros oficiais da Rede Colaborativa Incluir e de autores como Maria Tereza Mantoan (2003) e Francisco Imbernón (2010). Por fim, visando a apresentação do trabalho, dividimos ele em seis partes, sendo elas: Introdução; A importância da formação docente; Formação de docentes voltada para a educação inclusiva; Caminho metodológico; Resultados e discussões e Considerações finais.

¹ Artigo apresentado para conclusão do curso de Pedagogia sob orientação do Prof. Dr. Maurício Rebelo Martins.

² Graduanda do Curso de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias - Campus III/UFPB.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Formação de Docentes; Formação Continuada; Rede Incluir.

ABSTRACT

This article aims to study the training of teachers for inclusive education. We understand that it plays a key role in meeting the demands of the educational system. We are interested in this theme because the challenges posed by inclusive education can help managers and teachers to reframe their attitudes and practices. To understand the importance of continuing education in the Brejo Paraibano region, this research aimed to analyze the importance of the Include Collaborative Network in the Continuing Education of Teachers for Inclusive Education. To contemplate it the stipulated goal, we carried out a research of a basic exploratory nature, of a qualitative nature and of a phenomenological method. We also use, as a technical procedure, the case study and documental research. In addition, we conducted interviews with the help of the Google Meet platform and with a semi-structured script with three (3) collaborators from the Include Collaborative Network. Finally, we analyzed the interviews with contributors in order to understand the origins of the Include Collaborative Network, its objectives, advances and challenges. The theoretical contribution was based on institutional documents such as the LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Statute of Persons with Disabilities, documents and official records of the Include Collaborative Network and authors such as Maria Tereza Mantoan (2003) and Francisco Imbernón (2010). Finally, aiming at the presentation of the work, we divided it into six parts, namely: Introduction; The importance of teacher training; Teacher training focused on inclusive education; Methodological path; Results and Discussions and Final Considerations.

Keywords: Inclusive Education; Teacher training; Continuing Education; Network Include.

1. INTRODUÇÃO

A formação de docentes é um tema de grande importância para o cenário das nossas instituições educativas. Ela exerce um papel de base para a construção de escolas compostas por cidadãos responsáveis e éticos, além de profissionais mais humanos. Neste contexto, podemos inferir que a qualidade do ensino docente é de fundamental importância no aprendizado do estudante e na sua construção enquanto sujeito social. Logo, as práticas docentes dependem da formação inicial e continuada, especialmente das melhorias na capacitação que o corpo docente necessita para exercer com qualidade tal função e, assim, atender a comunidade escolar.

A formação voltada para a educação inclusiva, desde os primórdios, sofre com a falta do devido suporte para o ensino de qualidade em nossas instituições brasileiras. Isto é, apesar de ultimamente terem surgido muitas discussões em relação a educação inclusiva e de existirem políticas públicas e legislações que asseguram os direitos das pessoas com deficiência ou transtornos, ainda hoje essas crianças enfrentam muitas dificuldades na escola. Mantoan (2003) diz que nossas políticas de educação insistem em apagar incêndios, ou seja, não acompanham a sociedade que está em constante transformação, então, não avançam como deveriam.

Assim, incluir é a verdadeira inovação em educação. Muito se fala em novas tecnologias e metodologias, mas a inclusão é o conceito chave para transformarmos nossas instituições e nossas práticas. Incluir significa reconhecer que todos podem aprender. A diferença, seja qual for, é uma riqueza que a escola jamais pode ignorar. A escola exclui quando pensa sua organização para alguns poucos. Mas, quando acredita na aprendizagem de todos e todas, então ela é capaz de contribuir para uma sociedade verdadeiramente empática e democrática.

Como se vê, precisamos nos conscientizar de como o sistema educacional deveria funcionar para atendê-los e ensiná-los de maneira qualificada. Para esse funcionamento, destacamos a importância da formação continuada voltada para a educação inclusiva. Formação essa que oportunize aos profissionais evoluírem em suas práticas pedagógicas. Que possa ajudá-los a trabalhar com as diferenças, incluindo e promovendo a aprendizagem dos estudantes.

A partir disso, e com base na observação do funcionamento desse sistema e do desejo de aprofundar conhecimentos sobre a educação inclusiva, surgiu o interesse em pesquisar sobre a formação continuada de docentes direcionada à educação inclusiva. Para tanto, o objeto de estudo dessa pesquisa é a Rede Colaborativa Incluir. Ou seja, queremos analisar e discutir a importância da Rede na formação continuada de docentes para educação inclusiva. Para isso, tentaremos responder a seguinte questão problema: Qual papel e importância da Rede Colaborativa Incluir para a formação de docentes na perspectiva da educação inclusiva. Além disso, os específicos são: entrevistar membros da Rede Incluir; investigar materiais e documentos que tratem sobre o papel e os objetivos da Rede Incluir e identificar quais são os principais desafios da Rede.

Esta pesquisa é de natureza exploratória básica, de cunho qualitativo e de método fenomenológico. Utilizamos, como procedimento técnico, o estudo de caso e a pesquisa documental. Isso porque coletamos e analisamos dados de um determinado grupo com o intuito de estudarmos sobre os aspectos interligados ao assunto da pesquisa, isto é, assuntos que não receberam um tratamento analítico ou podem ser reelaborados, conforme nos propõe Prodanov e Freitas (2013, p. 72).

Para os fins desse trabalho, realizamos entrevistas com roteiro semiestruturado por meio da plataforma Google-meet. Vale destacar que em virtude da Pandemia em que ainda nos encontramos, o contato direto com o público alvo da pesquisa só seria possível usando de ferramentas remotas. Contudo, foi possível realizarmos um contato proveitoso com os entrevistados da Rede Colaborativa Incluir.

O trabalho também teve como suporte teórico os documentos institucionais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o Estatuto da Pessoa com Deficiência, documentos sobre a Rede Colaborativa Incluir e de autores como: Maria Teresa Mantoan (2003) e Francisco Imbernón (2010). Elegemos esses dois autores pois Mantoan é o nome mais importante no Brasil quando o tema é inclusão. E, por outro lado, Imbernón é um dos grandes pesquisadores sobre a formação continuada de docentes.

Para uma melhor estruturação, dividimos o trabalho em três seções: na primeira, sendo ela subdividida, falamos sobre a importância da formação dos docentes e, através de subtópicos, damos ênfase a formação inicial e a continuada; em seguida, na segunda seção, apresentamos considerações sobre a formação de docentes voltada para a educação

inclusiva; depois, na terceira seção, composta também por subtópicos, através dos quais apresentamos o caminho metodológico, com a caracterização do campo, os procedimentos/instrumentos e os sujeitos da pesquisa; na quarta seção trazemos os resultados e as discussões acerca da pesquisa; e, por fim, encerramos com nossas considerações finais.

2. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE

De acordo com Zabalza (2019), a formação docente, seja ela inicial ou continuada, trata de políticas acadêmicas que visam a qualificação da docência. Esse processo é fundamental para a construção da identidade docente. Ele afirma também que é a partir de três premissas que esse argumento pode ser constituído, vejamos Zabalza (2019, p. 6):

1. Na atualidade, as instituições de Educação Superior estão claramente comprometidas com a melhora da qualidade da docência que oferecem.
2. Essa qualidade, mais que a componentes externos (infraestruturas, recursos financeiros, etc.) está vinculada à qualidade docente do professorado.
3. A qualidade docente do professorado somente se obtém através da formação para a docência.

A partir disso, nós compreendemos que esses tópicos se relacionam com o objetivo de contribuir com a melhoria da docência. Isto é, com a qualidade da formação para que o docente exerça com maestria o seu papel em sala de aula. Logo, podemos inferir que a qualidade do ensino oferecido nas instituições de ensino básico, mais especificamente, é dependente da capacitação oferecida ao docente, seja a formação inicial ou a formação continuada.

Logo, a formação de docentes é importante, sobretudo, se queremos realmente contribuir com a formação de profissionais éticos, conscientes do seu papel na comunidade escolar e da sua função política e social. A escola desempenha uma papel fundamental na construção das nossas sociedades. Visto que, hoje, as transformações sociais ocorrem com muita velocidade, é necessário que os profissionais da educação estejam sempre em formação, capacitados e atualizados não apenas quanto aos aspectos e métodos tecnológicos formais, mas que busquem o conhecimento do mundo dos estudantes. Quer dizer, o docente precisa reconhecer seu estudante como um ser ativo, como alguém que tem história e conhecimento prévios. Sobre isso, vejamos o que nos diz Tardif (2012, p. 242):

O que é preciso não é exatamente esvaziar a lógica disciplinar dos programas de formação para o ensino, mas pelo menos abrir um espaço maior para uma lógica de formação profissional que reconheça os alunos como sujeitos do conhecimento e não simplesmente como espíritos virgens aos quais nos limitamos a fornecer conhecimentos disciplinares e informações procedimentais, sem realizar um trabalho profundo relativo às crenças e expectativas cognitivas, sociais e afetivas.

A partir dessas considerações, observemos que Tardif (2012) está preocupado com programas de formação que privilegiem uma visão de educação que considera o estudante com um sujeito capaz de conhecer, de criar e transformar o mundo. Daí a importância dos docentes utilizarem o seu tempo em sala de aula de maneira interativa, proporcionando aos estudantes a experiência de partilha de suas vivências e conhecimentos do mundo. A sala de aula como um encontro de diferentes. Um espaço onde eles possam suspender suas crenças e seus ideais. Suspensão essa necessária para aprender a ouvir o outro, reconhecer ele, suas necessidades e desejos.

Por essa razão não podemos mais admitir uma formação docente precarizada. Tendo em vista a frequência com que a sociedade muda, a necessidade que os docentes têm de acompanhar essas mudanças precisa ser suprida por formações continuadas que lhe ofereçam o mínimo para vencer os desafios do seu tempo. Se concordamos que os docentes são fundamentais no processo de ensino-aprendizagem do estudante, então uma formação docente qualificada pode ter como consequência um ensino também qualificado.

Vale ressaltar, também, a importância da estrutura escolar ofertada aos docentes, tendo em vista a contribuição da mesma para que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira lúdica, didática e interativa em termos de espaços adequados para cada atividade. Em relação a isso, vejamos o que nos diz Demo (2019, p. 53):

Sem enfrentar desafios dos tempos atuais, as escolas se contentam com desempenhos precários que, ao final, retratam também preparação inadequada docente. Diante deste cenário, torna-se mais claro que i) não basta apenas preparar melhor os professores; ii) é imprescindível garantir-lhes condições adequadas de trabalho; iii) é crucial transformar o próprio sistema escolar.

Dessa forma, nós inferimos que a falta de formação qualificada não é responsabilidade apenas do docente, mas é preciso ter também atenção às políticas públicas, pois a falta delas nos privam dos nossos direitos e também de condições ideais no ambiente educacional. Por isso, precisamos pensar também a formação de docentes no que diz respeito às condições de trabalho que lhe são ofertadas no cotidiano educacional, sobre isso, Mantoan

(2003, p. 26) afirma que:

Os caminhos propostos por nossas políticas (equivocadas?) de educação continuam insistindo em “apagar incêndios”. Elas não avançam como deveriam, acompanhando as inovações, e não questionam a produção da identidade e da diferença nas escolas. Continuam mantendo um distanciamento das verdadeiras questões que levam à exclusão escolar.

2.1 Formação inicial e Formação continuada

Quando falamos de formação de docentes, podemos classificá-la em dois momentos: formação inicial e formação continuada. Imbernón (2010) nos indica que em relação a preocupação com a formação de docentes, a formação inicial é muito mais antiga, pois surgiu desde quando alguém pensou e decidiu que outros deveriam educar seus filhos. Atualmente, consiste na formação acadêmica, por meio da graduação, seguindo um currículo, fazendo um elo com conteúdos teóricos e práticos, formando o profissional para área a qual foi escolhida. A respeito da formação inicial, Bertoni (2007, p. 1) diz que, “a inicial é aquela que credencia o indivíduo a atuar em determinada área do conhecimento e é adquirida com a conclusão do curso de licenciatura e bacharelado”.

A importância que a formação inicial ganhou nos últimos tempos está relacionada as diversas demandas que a sociedade impõe a instituição educacional. Com isso surgem novos desafios. Perguntas como com quais recursos educar, quais princípios orientam a prática educativa ou como podemos inovar permeiam a cabeça do docente. Os cursos de formação inicial precisam estar atentos a essas e outras perguntas com o objetivo de qualificar a formação e atentar para as demandas sociais contemporâneas.

Como dissemos antes, o trabalho docente na mediação com o conhecimento é indispensável. Por isso, é fundamental que o docente esteja atualizado sobre as novidades e transformações sociais, políticas e educacionais. Desse maneira, a oferta de espaços e tempo para formação é a condição necessária para a aquisição de novos saberes, qualificação das suas habilidades e, por consequência, a profissionalização da docência.

Em relação a formação continuada, como o próprio nome diz, é a continuação da formação. Ela é o reconhecimento de que a profissionalização exige um processo contínuo de aprendizagem. Trata-se, portanto, de um acompanhamento do profissional em toda sua

carreira. O docente tem o dever de buscar a continuidade da sua formação. Imbernón (2010, p. 31) diz que “Não muda quem não quer mudar ou não se questiona aquilo que se pensa que já vai bem”. Para isso, ainda é essencial que sejam promovidas atividades que contribuam para o aprimoramento dos seus conhecimentos e das suas práticas. Essas atividades podem ser diferentes ações, palestras, cursos, especializações etc. Atividades que visem sempre a construção da identidade docente e a qualificação do trabalho em sala de aula.

Imbernón (2010) nos diz que a formação continuada é fundamental para que as novas gerações encontrem uma escola e um profissional preparados para lhe ofertar um ensino que atenda as demandas típicas das sociedades complexas e plurais. Porém, Imbernón (2010, p. 39) destaca também que não é exatamente assim que acontece:

No entanto, já não é tão habitual que se estabeleçam estruturas e propostas coerentes que possibilitem uma maior inovação dos processos educativos de instituições de ensino, sobretudo nestes tempos, quando predominam governos de atitudes conservadoras e políticas neoliberais (com alguma exceção e contraditoriamente).

Na visão de Imbernón, existe muita formação, mas são poucas as transformações que podemos constatar em nossas escolas. Quer dizer, existem formações continuadas, mas como são descontextualizadas, elas contribuem mais para manutenção do status quo do que para a transformação das nossas instituições educativas. São muitos os benefícios da formação continuada contextualizada, mas talvez o maior deles esteja no fato de pensar nesses espaços de formação a partir das demandas de cada contexto escolar. Se os estudantes são diferentes uns dos outros, se os docentes são diferentes uns dos outros, é fundamental ouvir suas necessidades. Qualquer inovação, novas metodologias, teorias e recursos só serão possíveis se forem pensados a partir da escola.

Assim, é inegável a importância da formação inicial, como também da formação continuada. Afinal, para atender às necessidades que o sistema educacional exige dos docentes em sala de aula, ele precisa estar atualizado e ter tempo para pensar, planejar e preparar suas práticas. Como nossa sociedade muda constantemente, o docente precisa estar ciente e preparado para essas mudanças. Estar preparado contribui para ele promover inovações no seu planejamento, ressignificações nas suas práticas de ensino, na avaliação de aprendizagem de seus estudantes e ainda aperfeiçoa suas ideias e opiniões sobre sua classe profissional.

Dessa forma, para dar conta desses desafios é que temos a formação continuada. Através dela, nós podemos aprofundar e aperfeiçoar conhecimentos de diferentes áreas da educação, seja por necessidade da escola ou pelo simples fato de haver interesse no assunto. A oportunidade de uma formação continuada é uma maneira de buscarmos conhecimento individualmente, seja ela fornecida por alguma instituição ou pelo Estado, com o objetivo de nos atualizarmos conforme a evolução e as necessidades da nossa sociedade. De modo especial, a busca por formação deve privilegiar temas que requerem maior dedicação, como é o caso da educação inclusiva. Assim, sobre formação continuada, Sheila (2004, p. 50) nos diz que:

Já a formação continuada, envolve todas as aprendizagens decorrentes da atualização permanente, das experiências profissionais vivenciadas associadas ou não aos cursos de atualização em nível de *lacto* ou *stricto sensu*, que ampliam a formação inicial. Negrine (1997) diz ainda que a primeira etapa funciona como um pré-requisito para a atuação profissional, e a segunda deve ser entendida como um processo contínuo, agregada às experiências que vivenciamos como profissionais com erros e acertos.

Pelo que vimos até aqui, percebemos a importância da formação continuada, a fim de que o conhecimento adquirido pelo docente contribua para ele repensar e ressignificar suas relações, suas práticas e suas metodologias. Vale lembrar ainda que a formação continuada é um direito dos docentes e os mesmos devem ser conscientes da necessidade e importância para o aperfeiçoamento da sua prática pedagógica, sempre visando a qualificação do seu trabalho e a aprendizagem dos seus estudantes.

3. FORMAÇÃO DE DOCENTES VOLTADA PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Um dos desafios que precisamos tratar é a chegada de estudantes com deficiências ou transtornos em nossas escolas. De acordo com Mantoan (2003), a escola está organizada mecanicamente na perspectiva formalista, através da qual dividiu-se em grades curriculares, modalidades de ensino e serviços burocráticos. A mudança desses padrões de ensino é fundamental para educação inclusiva. Pois, ainda segundo Mantoan (2003), a inclusão depende desse atual sistema educacional e de algumas alterações para que as novas gerações encontrem uma escola verdadeiramente inclusiva.

Nesse cenário, a escola e o docente repensam e se questionam sobre diversos temas:

quais práticas, como ensinar o currículo, quais recursos etc. Isso é importante para que os mesmos tenham sua prática pedagógica incrementada, reconheçam a necessidade de estarem prontos para a diversidade que encontramos na sociedade e de aplicar um ensino de qualidade para todos. Sobre isso, Mantoan (2003, p. 32) nos diz que:

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada.

Para uma mudança real, se faz necessário que as formações estejam presentes no decorrer da jornada de trabalho dos docentes. Dessa maneira, podemos construir práticas pedagógicas que mobilizem e desafiem os estudantes a buscarem a sua aprendizagem de acordo com as suas possibilidades. Nesse modelo, é possível atender melhor às necessidades e características de cada estudante. Pois, conforme Mantoan (2003), as escolas que compreendem e atentam as singularidades dos estudantes, possuem projetos inclusivos que contemplam toda a comunidade escolar e que atendem desde as deficiências até outras dificuldades relacionadas a aprendizagem.

No entanto, para que a escola e o ensino sejam inclusivos, enfrentamos diversas dificuldades tanto em termos de infraestrutura escolar, quanto em termos de materiais didáticos para o atendimento aos estudantes da educação inclusiva. Dessa forma, é necessário a construção de políticas públicas que contribuam para melhorar tanto as condições materiais de trabalho como as formações que possam estimular os docentes a repensarem e ressignificarem suas práticas.

Assim, no que diz respeito a formação dos docentes para esse contexto inclusivo, notamos a importância de que as formações estejam constantemente presentes, acompanhando as mudanças e as necessidades que batem a porta da escola diariamente. Porém, apenas as formações não serão suficientes se não houver uma comunidade escolar trabalhando em torno de um objetivo comum. Quer dizer, docentes, a gestão, as práticas pedagógicas, os funcionários, a família, toda comunidade é importante nesse processo. Sobre isso, Mantoan (2003) nos diz que a formação inicial e continuada para educação inclusiva é uma proposta de trabalho que não se encaixa em uma simples especialização ou atualização de conhecimentos e sim que é preciso ressignificar o papel do docente, da escola, de suas

práticas, da educação como um todo, um contexto que sempre foi excludente em todas as etapas.

Dessa forma, o interesse dos docentes em relação a formação continuada de acordo com suas necessidades é um fator de extrema importância, mas ainda é necessário que a comunidade escolar esteja atenta e disponível para atender as demandas que a educação inclusiva impõe. A falta de formações continuadas para atender a educação inclusiva é também responsabilidade dos gestores públicos. É fundamental criar espaços de formação no interior das escolas, trazendo a participação não somente dos docentes, mas de toda a comunidade escolar para contribuir com o propósito da inclusão. Fonseca (2021), em entrevista com docentes da cidade de Arara/PB, diagnosticou que eles recebem pouco ou nenhum auxílio quando o tema é a educação na perspectiva da inclusão.

Como se vê, falta apoio dos gestores para esse grande desafio que é a inclusão. Muitas vezes não se investe na formação continuada e, em outras ocasiões, a formação é ofertada de forma descontextualizada. Quer dizer, a formação é pensada sem considerar a realidade escolar com suas demandas e desafios. A inclusão é dever sim dos docentes, mas não apenas deles. A inclusão é um compromisso constitucional. Portanto, tanto o Estado quanto a sociedade são responsáveis por esse projeto.

4. CAMINHO METODOLÓGICO

Neste trabalho, utilizamos o método fenomenológico, que consiste em apresentar o evento e esclarecer o mesmo, tentar compreender a sua essência. Nesse caso, a Rede Colaborativa Incluir. Para Prodanov e Freitas (2013, p. 36), “o método fenomenológico não é dedutivo nem empírico. Consiste em mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado.” Para os fins desta pesquisa, fizemos um estudo de caso, mais especificamente entramos em contato com a história da Rede através de materiais, registros e entrevistas. Tudo isso com o objetivo de compreender o papel da Rede Incluir na formação continuada e em inquietações enfrentadas pelo projeto de inclusão escolar.

Assim, caracterizamos a pesquisa como qualitativa, pois, segundo Creswell (2007), a pesquisa qualitativa é aquela em que o pesquisador faz alegação de conhecimento com base em perspectivas construtivistas. Creswell (2007, p. 35), acrescenta ainda:

Ela também usa estratégias de investigação como narrativas, fenomenologias, etnografias, estudos baseados em teoria ou estudos de teoria embasada na realidade. O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa é exploratória. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 51), esse tipo de pesquisa tem como objetivo esclarecer mais sobre o assunto que está sendo pesquisado. No nosso caso, nos aproximar mais da Rede Colaborativa Incluir, para descobrir como surgiu, seus objetivos, avanços, desafios e papel para a educação e docentes. Por isso, trata-se ainda de uma pesquisa documental, a qual tem o objetivo de organizar e discutir um material que ainda não recebeu um tratamento analítico. Prodanov e Freitas colocam que “A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”. A partir disso, entendemos que seria importante trabalhar com a técnica da entrevista, pois era nosso objetivo também a coleta de dados sobre esse fenômeno chamado Rede Colaborativa Incluir. Ou seja, a entrevista é uma maneira prática de colher dados, sobretudo, empíricos, como, por exemplo, opinião e posicionamentos. Sobre isso, vejamos o que nos diz Chaer; Diniz; Ribeiro (2011, p. 191):

Nas entrevistas, o pesquisador conduz entrevistas face a face com os participantes, entrevista os participantes por telefone ou faz entrevistas com grupos focais, com 6 a 8 entrevistados em cada grupo. Essas entrevistas envolvem poucas perguntas não-estruturadas e geralmente abertas, que pretendem extrair visões e opiniões dos participante.

Dessa forma, percebemos que a entrevista é uma ferramenta eficaz quando o objetivo é um diálogo que busque extrair informações sobre um determinado tema. Especialmente, porque ela é uma possibilidade do entrevistador de produzir questões que complementem a pergunta de origem ou mesmo questões que surgem da própria resposta do entrevistado.

4.1 Caracterização do campo da pesquisa

A Rede Colaborativa Incluir é uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, sem vinculação político partidária, que se dedica ao desenvolvimento de atividades de cunho filantrópico, social, cultural e educacional, voltada ao atendimento da educação. Surgiu em 2017 com a união de 12 municípios do Brejo Paraibano e a UFPB Campus III Bananeiras, com o objetivo de estimular a educação de qualidade e a garantia de

diretos para os estudantes das redes de ensino dos municípios membros na perspectiva inclusiva, bem como promover formações continuadas. Objetivando, assim, um desenvolvimento que nos torne, enquanto docentes, ainda mais capacitados para atender as diferenças que encontramos no cotidiano escolar.

No início, a Rede contava com a união de 12 municípios do Brejo Paraibano (Arara, Bananeiras, Belém, Borborema, Casserengue, Cacimba de Dentro, Dona Inês, Riachão, Serraria, Solânea e Tacima. Além das cidades, contou com a parceria da Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Campus III Bananeiras-PB. O docente Saimonton Tinôco, representante da Universidade Federal da Paraíba, junto com Genival Azeredo (Secretário de Educação de Bananeiras na época) e Janileide Gomes (Secretária de Educação de Borborema na época), foram os primeiros articuladores da Rede Colaborativa Incluir. Trataram de convidar os secretários de educação dos municípios para reuniões, discussões sobre Educação, termo de Adesão pelos Prefeitos e a realização do I Simpósio de Inclusão Escolar para 400 participantes.

Foi então realizada a primeira eleição. Os membros elegeram uma Diretoria para o período de 2017 à 2019. Como presidente, foi eleita Ieda Freire do Nascimento, a vice-presidente Janileide Gomes, a secretária Graciana Moreira e a Tesoureira Nigéssia Moreira. Essa primeira Diretoria foi responsável também pela organização do I Simpósio de Inclusão Escolar que aconteceu nas dependências da UFPB campus Bananeiras.

Atualmente, a Rede Colaborativa Incluir conta com a seguinte Diretoria para os anos 2020 à 2021: presidente Iêda Freire do Nascimento, como vice-presidente a Ana Maria Ferreira, como secretária Janileide Gomes, como tesoureira Nigéssia Moreira e membros do conselho fiscal, Heráclito Medeiros e Maria das Dores. Ainda conta com a parceria das instituições: Universidade Federal da Paraíba Campus de Bananeiras, representada agora pelo docente Maurício Rebelo Martins e com o Instituto Casa Azul representado por Edilma Azevedo. Hoje a Rede conta com a união de todos os municípios já mencionados no início, acrescentado de Pilõezinhos e Pirpirituba.

Além dos membros nomeados na Diretoria, a Rede Colaborativa Incluir ainda conta com diversos nomes que contribuíram para o desenvolvimento da mesma até o presente ano. Entre eles estão Heraclito Medeiros, Marcelo Santos, Lucijane Araújo, Cláudia Lacerda, Leilah Luz; Martem Lúcia, Rosa Silvânia, Tayze Barbosa, Edilma Azevedo, Debora Moreira, Maria das Dores, Raylson Soares, Cida Braúna, Gregson e Jairo Felipe.

4.2 Procedimentos e instrumentos da pesquisa

A coleta de dados, segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 97), é “a fase do método de pesquisa, cujo objetivo é obter informações da realidade”. Para essa coleta de dados, utilizamos a técnica da entrevista. A mesma foi desenvolvida com uma amostra de três colaboradores da Rede Colaborativa Incluir. Nosso objetivo era conhecer a rede e seu papel para a educação e docentes da região do Brejo Paraibano. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado com dez perguntas sobre a Rede e sofreu algumas alterações no percurso. A escolha dos entrevistados para pesquisa se deu pelo meio de amostras intencionais ou de seleção racional. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 98):

Constitui um tipo de amostragem não probabilística e consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população. A principal vantagem da amostragem por tipicidade está nos baixos custos de sua seleção.

Nesse contexto, a Rede Colaborativa Incluir conta com vários colaboradores. Mas, para a realização da pesquisa, elegemos aqueles que fazem parte da rede desde o seu surgimento. Isto é, colaboradores que conhecem a história e a gestação desse projeto desde o início. Sujeitos que articularam a criação da Rede e/ou que até hoje estão envolvidos ou com a diretoria ou com as formações ofertadas.

As entrevistas foram realizadas exclusivamente de maneira virtual, devido as medidas de proteção à pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19). Não tivemos o contato direto com o público alvo, mas isso não prejudicou os objetivos do presente trabalho. Assim, o convite e explicação acerca da pesquisa foi feito via WhatsApp. E, em relação as entrevistas, elas ocorreram por meio da plataforma Google Meet. Tivemos a oportunidade de dialogar com os entrevistados e entender as origens da Rede, seus objetivos, metas, avanços e desafios.

4.3 Sujeitos da pesquisa

A pesquisa foi realizada com a docente Iêda Freira do Nascimento, graduada em Geografia, especialista em Ciências Ambientais, atual presidente da Rede Colaborativa

Incluir. Iniciou sua colaboração na Rede quando era Secretária de Educação da cidade de Dona Inês. Também entrevistamos a docente Ana Maria Ferreira Gomes, formada em Psicopedagogia, com especialização em Psicopedagogia clínica institucional e em Atendimento Educacional Especializado. Atualmente é vice-presidente da Rede. Por fim, entrevistamos o docente Saimonton Tinôco, licenciado em Pedagogia, especializado em Educação de Jovens e Adultos, Mestre em Educação e Doutor em Educação Especial. Ele era o colaborador representante da UFPB, Campus III - Bananeiras/PB, na época de criação da Rede.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste tópico, iremos apresentar os resultados da pesquisa e as análises e discussões sobre o material coletado. Nossa pesquisa buscou analisar, especialmente, os posicionamentos dos três entrevistados da Rede Colaborativa Incluir. Com o objetivo de melhor estruturar este tópico, o dividimos em quatro Unidades Significativas-US, para que dessa maneira, consigamos compreender com maior clareza a importância da Rede no professor de formação de docentes para inclusão.

Dessa forma, os entrevistados serão mencionados pelos seus nomes, tendo em vista que autorizaram via consentimento formal que suas falas e nomes poderiam ser publicados neste trabalho. Para conhecer melhor o trabalho da Rede, entendemos que seria fundamental investigar os objetivos que deram origem a esse trabalho voluntário de formação de docentes e, também, tentar entender quais são hoje os desafios que se apresentam tanto para rede quanto para a educação em geral.

US 1 - Rede Colaborativa Incluir: histórico, conhecendo suas características

Sobre o histórico da Rede Colaborativa Incluir, o entrevistado Saimonton Tinôco nos diz que:

Surgiu em 2017 quando Genival Azerêdo, na época, Secretário de educação de Bananeiras/PB, tinha disponível um recurso para fazer um evento sobre inclusão. Com o intuito de ter o apoio da Universidade, Saimonton foi convidado a participar de uma reunião na qual Genival explicou da vontade de realizar o evento e da importância de convidar as secretarias de educação de outras cidades do Brejo

paraibano. Assim, Saimonton sugeriu que a partir do evento fosse criada uma rede com os secretários de educação, com o intuito de fazer um levantamento sobre as demandas de formação, tendo em vista a semelhança de porte e dificuldades dos municípios, a fim de que fosse promovida uma formação continuada para os profissionais presentes, para que eles contribuíssem com outros municípios. A partir disso, Genival marcou a primeira reunião, convidou 12 a 15 municípios por intermédio das secretarias de educação.

Podemos observar que Saimonton descreve os primeiros passos da Rede Colaborativa Incluir. Na sua fala, podemos perceber também que ele foi um dos principais idealizadores da Rede no momento em que propôs a criação da mesma a partir da articulação dos secretários de educação dos demais municípios para a realização de uma formação continuada. Ele destaca também que o objetivo era que os municípios fossem adquirindo autonomia a partir das formações e fossem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, sem ficar dependentes apenas das formações ofertadas pela Universidade.

Com as primeiras reuniões, com o I Simpósio e trabalhando sempre de forma colaborativa e coletiva, que os representantes dos municípios colocaram em pauta as dificuldades e necessidades de cada município e os temas que gostariam de aprofundar. Esse levantamento foi muito importante para organizar a oferta de formação continuada. Para Imbernón (2010), a descontextualização é um dos fatores que impede a formação continuada de alcançar melhores resultados. Isso porque existe um certo predomínio da teoria, uma padronização das formações. Uma formação, por assim dizer, contextualizada exige uma oferta que nasce dentro da escola e não dentro dos gabinetes.

US 2 - Rede Colaborativa Incluir: Objetivos e desenvolvimento de atividades

A partir disso, procuramos investigar quais foram os objetivos e as atividades da Rede diante das demandas de formação. Saimonton relatou:

Que a rede fosse suporte de colaboração entre os municípios e de promoção de formação continuada dos profissionais, isto porque a própria política de educação especial do Brasil, não define precisamente qual deveria ser a formação dos profissionais da educação especial. Com isso o MEC (Ministério da Educação), na época das instalações das salas de recursos, ofertou um curso de 40 horas e foi essa formação que os profissionais fizeram para trabalhar nessa área, e os que fizeram especializações foram por conta própria. Então a gente tinha pessoas com níveis diferentes, formações diferentes.

Podemos observar nessa fala que a Rede Colaborativa Incluir já iniciou com o objetivo

de suplementar a formação dos profissionais para a educação inclusiva, já que na época do levantamento de dados, da criação das salas de recursos, foi disponibilizado apenas um curso de 40 horas para os os profissionais poderem atuar na área. Destacamos, no decorrer do trabalho, que as sociedades mudam com muita velocidade e que a escola precisa acompanhar essas mudanças. Para vencer os preconceitos do passado, os docentes precisam estar sempre munidos dos conhecimentos e descobertas que possam contribuir para uma prática pedagógica inclusiva. Sobre isso, Ana Maria nos diz:

A gente busca estimular e implantar, principalmente, uma política de educação inclusiva nos municípios. Nós participamos de discussões, ações e métodos que possam aumentar o interesse por essa educação. Também preparamos cursos, debates, estudos, oficinas para educadores, realizações de eventos e congressos. A gente sempre tenta incluir as pessoas que fazem parte da nossa Rede para que a gente possa estar desenvolvendo programas educacionais que ajudem as nossas crianças a terem os seus direitos garantidos.

A partir do que foi exposto, nós compreendemos que a Rede Colaborativa Incluir busca e se preocupa em realizar ações que objetivam garantir os direitos dos nossos estudantes. Especialmente o direito a aprendizagem. Isto é, que a escola seja mais do que um espaço de integração, mas um verdadeiro espaço de inclusão, onde todos podem e devem aprender. Para isso, como foi dito por Ana Maria, a Rede promove métodos que aproximam a educação inclusiva e os docentes para a realização de programas educacionais que garantam os direitos dos estudantes. Além disso, mostra também a necessidade que as escolas tem dessas formações sobre os diferentes temas, direitos, ensino e aprendizagem. Necessidade essa que a Rede Colaborativa Incluir tenta atender.

Fenômenos como a Rede, como nos diz Mantoan (2003, p. 12), são fundamentais para a transformação do nosso modelo educacional:

Nosso modelo educacional mostra há algum tempo sinais de esgotamento, e nesse vazio de ideias, que acompanha a crise paradigmática, é que surge o momento oportuno das transformações. Um novo paradigma do conhecimento está surgindo das interfaces e das novas conexões que se formam entre saberes outrora isolados e partidos.

Seguindo os passos de Mantoan, podemos compreender a Rede como esse instrumento de transformação, de novas ideias e conexões entre os grupos sociais que lutam para a evolução das escolas no que diz respeito a Educação Inclusiva. Trabalhos como esse

ofertado pela Rede, contribuem para construirmos uma escola que acolha, mas que também acredite na aprendizagem de todos e todas.

US 3 - Rede Colaborativa Incluir: desafios e avanços

Dessa forma, após analisarmos os objetivos da Rede, as suas atividades e a forma como atuam na sociedade, nós questionamos sobre os desafios enfrentados para que ela venha se mantendo como ferramenta de formação e inclusão e continue ganhando credibilidade junto a sociedade. Sobre essa questão, Ana Maria resumiu:

Um dos grandes desafios, por exemplo, é a troca de gestão. Nós temos quatorze municípios que compõem a Rede, quando troca o gestor, nem todos entendem as funções da Rede e o nosso desenrolar de atividades. E ainda temos municípios que resistem a Educação Inclusiva. Essas são algumas das grandes dificuldades, porque o professor precisa, mas nós só podemos adentrar, após a parceria entre município e Rede. O preconceito de alguns secretários e de alguns gestores é um calo no nosso sapato e vamos ter que trabalhar muito para avançarmos ainda mais.

Isto é, para que a Rede exerça a sua função e forneça a formação continuada, é preciso que as secretarias de educação apoiem e dêem suporte para isso. Pois, como bem coloca Ana Maria, o preconceito de alguns secretários e gestores acaba dificultando o trabalho e a eficiência da Rede. Quando ela fala sobre os municípios resistirem sobre a educação inclusiva, isso é uma amostra de que mesmo que as políticas públicas garantam os direitos para a educação inclusiva, a sociedade ainda resiste, dificultando que as políticas e a educação avancem como de fato deveriam.

Como expõe Mantoan (2003, p. 32) “a inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas”. Porém, essa reestruturação e modernização exige o reconhecimento de que as dificuldades apresentadas pelos estudantes, são, de certa forma, resultado de como o ensino lhe é ofertado e de como a avaliação desse ensino é realizada. Nem sempre os gestores e até mesmo os docentes estão dispostos a enfrentar essas questões.

Procuramos saber, diante desses desafios, quais foram os avanços que a Rede conseguiu constatar nesse período. Nossas entrevistadas afirmaram:

Iêda Freire: Alguns municípios não tinham as suas salas multifuncionais instaladas, implementadas. Nós conseguimos avançar nesse processo de colocar as

salas multifuncionais, salas do AEE (Atendimento Educacional Especializado) para funcionamento e a formação continuada para os profissionais.

Ana Maria: [...] dos municípios que compõe a Rede, 75% deles têm as salas multifuncionais funcionando, coisa que antes não tinha. E nos municípios que ainda não tem, estamos na luta para convencer os prefeitos a instalarem com recursos próprios mesmo.

O AEE (Atendimento Educacional Especializado) deve proporcionar aos estudantes da educação inclusiva um atendimento especializado fora da sala regular, levando orientação e recursos no percurso do processo de ensino e aprendizagem. Ou seja, esse trabalho é fundamental, mas não substitui a sala regular. O documento do Ministério da Educação, Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional para Educação Inclusiva (2008), destaca como função do AEE identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade, proporcionando um caminho que elimine e supere os desafios para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades e particularidades específicas.

As salas de recursos multifuncionais são fundamentais para o processo de inclusão nas escolas regulares. Não apenas pelo recursos, mas especialmente pelo profissional habilitado que pode colaborar com o docente da sala regular. Elas fazem parte das políticas públicas inclusivas com a finalidade de garantir que o estudante tenha acesso ao ensino regular e ainda ao atendimento especial dentro da própria escola. Contudo, é importante lembrar que o lugar do estudante é a sala regular. As salas de AEE não podem servir para segregar os estudantes com deficiências ou transtornos.

Em relação a isso, Saimonton relata que apenas dois municípios tinham as salas de recursos montadas. Com a intervenção da rede, conseguiram que mais sete municípios instalassem suas salas para atender melhor os estudantes. Podemos perceber que a Rede Colaborativa Incluir preza pelos direitos e assim pelo bom atendimento que é assegurado pelas políticas públicas ao estudante, tanto em sala de aula regular, quanto nas salas multifuncionais do AEE. O trabalho colaborativo entre o docente e o profissional de AEE é essencial para que os estudantes desenvolvam de maneira satisfatória as suas habilidades e capacidades. Vale ressaltar que, segundo Mantoan (2003, p. 16):

Na perspectiva inclusiva, suprime-se a subdivisão dos sistemas escolares em modalidades de ensino especial e de ensino regular. As escolas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Assim, o objetivo é atendê-los de maneira uniforme, sem distinção de defasagem, nível, deficiência, transtorno, cor, gênero etc. Essas salas devem servir não como um instrumento de exclusão, de separação, mas como um espaço ofertado em horário diferente dos horários das turmas regulares. Um espaço com práticas, técnicas e ferramentas que contribuam para a inclusão e a aprendizagem.

Ainda na tentativa de entender, na visão dos entrevistados, a importância da Rede para o cenário educacional do Brejo Paraibano, também perguntamos qual foi o momento mais significativo nessa trajetória. Iêda Freire respondeu:

O acontecimento que mais marcou a Rede foi a criação do Instituto Casa Azul. No nosso primeiro simpósio, uma das profissionais, Edilma Azevedo, que também é mãe de uma criança com autismo, esteve conosco e se motivou a criar o Instituto. Aquele momento era o que estava faltando na vida dela para criar forças e coragem para se juntar com outras mães e criar o Instituto que hoje é bem sucedido, tem sede própria no município de Solânea-PB e hoje faz parceria com municípios que também são da nossa Rede.

Assim, o Instituto Casa Azul foi fundado em agosto de 2018 por um grupo de pais e voluntários das cidades de Solânea, Arara e Bananeiras com o objetivo de prestar atendimento clínico e pedagógico a indivíduos com TEA – Transtorno do Espectro Autista. O objetivo da Casa Azul é de prestar atendimento assistencial, terapêutico, clínico e educacional às pessoas com autismo, bem como orientação a seus familiares e levando também informação para a sociedade.

Na resposta de Iêda Freire, podemos perceber que a criação e o trabalho da Rede vai muito além da oferta de formação continuada. A grandeza dessa associação está em também mobilizar toda a sociedade para pensar, discutir e desenvolver práticas de inclusão. Quer dizer, não é só a escola e os docentes que precisam repensar suas atitudes. As famílias também precisam de atendimento e orientação. Além disso, a sociedade precisa compreender que as pessoas com deficiência ou transtornos tem direito a educação, mas também tem direito ao lazer, ao trabalho e, resumidamente, a uma vida boa e feliz.

Portanto, podemos perceber que a Rede Colaborativa Incluir se preocupa com a participação de todos no processo de inclusão e educação. Vislumbra-se uma comunidade de aprendizagem que visa qualificar a educação das crianças. Imbernón (2010) nos diz que, do ponto do vista formador, trabalhar de forma coletiva proporciona cenários educativos mais

inovadores para as escolas, pois cada colaborador interage e contribui de forma única e valiosa para a educação das nossas crianças e jovens.

US 4 - Formação continuada de docentes: a colaboração da Rede Colaborativa Incluir na formação continuada de docentes para a educação inclusiva

A formação continuada de docentes é importante, sobretudo, para saciar a busca por atualização docente. Como destacamos anteriormente, nossas sociedades evoluem com muita velocidade. A consequência direta para a escola, é a necessidade de atender as novas demandas e a enfrentar os novos desafios. A inclusão, além de ser uma oportunidade de ressignificar a escola, exige especialmente que os gestores e os docentes reflitam e transformem suas atitudes e práticas.

Além disso, a formação continuada vem suplementando a formação inicial. De modo especial, no que diz respeito a educação inclusiva. Isso ocorre, porque o tema da inclusão tem uma infinidade de aspectos e especificidades que a formação inicial não tem conseguido tratar. Isso ocorre muitas vezes porque ainda é um tema discutido por poucos docentes no ensino superior. Os próprios currículos de formação inicial dedicam poucas disciplinas para tratar dessa temática. Daí que a formação continuada é crucial para que os gestores e docentes estejam capacitados a atender as particularidades de cada estudante.

Na resposta a seguir, Iêda Freire deixa claro a importância da formação continuada contextualizada. Ou seja, não adianta pensar essas formações fora do ambiente educacional. É necessário ouvir e sentir cada escola, os docentes e toda comunidade escolar, antes de escolher os temas e as oficinas voltadas para formação docente.

Nós procuramos fazer ações, principalmente voltadas para as necessidades das crianças. Fizemos um levantamento e temos alguns dados que mostram que ainda não há essa efetividade, o professor ainda não consegue totalmente alcançar os alunos que estão na sala regular. Então eles precisam de quê? Precisam de informação. Então, nós fazemos essas formações de forma voluntária voltadas para esses objetivos, para que o professor da sala regular possa ter condições, ter acesso às informações e melhorar o seu ensino e alcançar o aluno.

Sobre as formações que a Rede Colaborativa Incluir promove, em uma pesquisa realizada por Fonseca (2021 p. 17-29) sobre a formação de docentes na perspectiva da educação inclusiva no município de Arara-PB, que é um dos municípios que fazem parte da

Rede, os entrevistados destacaram que a iniciativa da Rede é muito importante, pois, tanto na formação inicial como depois, o tema da educação inclusiva não tem muito espaço. O que, na visão dos entrevistados, mostra a dificuldade dos gestores entenderem que as formações continuadas devem privilegiar as necessidades da escola e dos docentes.

Dessa forma, nós vemos que a Rede Colaborativa Incluir discute temas que surgem de dentro da escola e aborda as dificuldades dos docentes em relação a como trabalhar com os estudantes com deficiências ou transtornos na sala de aula regular. Muitas vezes, indicando algumas ferramentas práticas que podem contribuir para a aprendizagem desses estudantes. No entanto, essas formações nunca deixam de tratar os temas da inclusão na exigência do docente compreender teoricamente o que precisa ser feito. Quem atua na sala de aula sempre está mais interessado na ferramenta prática. Mas, é mais importante compreender as dificuldades da inclusão para que o docente mesmo seja capaz de criar as ferramentas que precisa, assim com nos propõe Anjos (2017, p. 4647):

A relação entre a teoria e prática se conecta diretamente com o planejamento e a relação professor e aluno, por serem aspectos percebidos mais facilmente na prática efetiva, quando bem embasados no processo formativo do professor, pode colaborar para que sua atuação profissional e os saberes que se agregam a ela e se tornem eficazes na sala de aula.

Sabendo que a cada ano o professor recebe novos estudantes, com isso, diferentes deficiências e novos desafios, é necessário a autonomia para entender e saber que deve partir de seu planejamento teórico, para assim uma prática de inclusão em sua sala de aula, consequentemente na escola em que o estudante está inserido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, tínhamos o objetivo de conhecer e relatar a importância da Rede Colaborativa Incluir na formação continuada de docentes para educação inclusiva. Realizamos uma pesquisa documental e entrevistas com três importantes colaboradores da Rede. Esse processo nos ajudou a compreender melhor o significado da educação inclusiva e também conhecer os desafios enfrentados para sua efetiva realização.

Analizamos, através das entrevistas e depoimentos dos colaboradores da Rede, a importância dela para formação continuada de docentes para a educação inclusiva na região do Brejo Paraibano. Vimos que as formações geralmente focam em temas descontextualizados. Nesse caso, a Rede, antes de pensar na oferta de formação decidiu ouvir as escolas e os seus atores. Talvez seja esse o motivo para o sucesso desse

empreendimento. Desde o início se preocuparam em ouvir e dialogar para entender quais eram as reais demandas dos docentes e das escolas.

A formação continuada é fundamental na construção de um ensino de qualidade. Daí que essa formação exige atenção dos gestores da escola, das autoridades, pois com ela é possível construir conhecimentos e práticas que ajudem a compreender a diversidade e as especificidades que encontramos no cotidiano escolar. Mesmo que o trabalho que a Rede faz seja de suma importância, isso não pode significar uma oportunidade para os gestores se desresponsabilizarem. A educação inclusiva depende de todos. Se não houver sintonia e colaboração, continuaremos pensando as nossas escolas como espaços exclusivos para aqueles que não possuem dificuldades de aprendizagem.

Além disso, esta pesquisa também nos despertou a curiosidade e, quiça, a possibilidade de uma pesquisa futura. Trata-se de conhecer a história e o trabalho do Instituto Casa Azul, que, como ouvimos no depoimento de Iêda Freire, foi fundado a partir da Rede Incluir e hoje é uma de suas instituições parceiras. Quer dizer, parece-nos importante do ponto de vista acadêmico, político e social conhecer essas experiências que transformam a vida de muitas crianças na região do Brejo Paraibano.

Enfim, esse trabalho contribuiu academicamente e profissionalmente. Conseguimos avançar na construção da nossa identidade como pesquisadora e como futura docente. É difícil não se envolver com um tema como esse. Ele desperta e nos emociona. Sobretudo, porque as pessoas envolvidas escolhem voluntariamente dedicar parte do seu tempo para a exercer uma função que seria dos gestores. Todos, profissionais, famílias e gestores precisam entender que a inclusão é um conceito chave para pensarmos em escolas acolhedoras e inclusivas. Espaços que acreditem que as diferenças não são dificuldades, mas possibilidades. Afinal, são as diferenças que enriquecem o mundo.

REFERÊNCIAS

ANJOS, C.; CRISTIE, C.; BEATRIZ, A. **Formação de Professores: o desafio da prática**. Sirsse/ Sipid, 2017.

BERAZA, Miguel A. Zabalza. **Novos Desafios na Formação de Professores**. (org.). – São Paulo: Edições Hipótese, 2019.

BERTONI, S.; RESENDE, P.; **Formação pessoal: Contribuições para o profissional da educação como mediador da inclusão**. Londrina, 29 a 31 de outubro de 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica**. 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192#:~:text=O%20atendimento%20educacional%20especializado%20%2D%20AEE,alunos%2C%20considerando%20suas%20necessidades%20espec%C3%ADficas. Acesso em: 12 nov. 2021.

CRESWELL, John. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. -2. Ed. –Porto Alegre: Artmed, 2007.

FONSECA, Janete Mendes da. **A formação dos professores do município de Arara-PB na perspectiva da educação inclusiva**. Bananeiras, 2021 Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2021.

FORTUNATO, Ivan. **Formação permanente de professores: experiências iberoamericanas**. / Francisco Imbernon; Alexandre Shigunov Neto; Ivan Fortunato; (org.). – São Paulo: Edições Hipótese, 2019. 554p

GOVERNO de Solânea apoia funcionamento de clínica-escola para autista Instituto Casa Azul. **Transparência Fiscal**, 2021. Disponível em: [Governo de Solânea apoia funcionamento de clínica-escola para autista Instituto Casa Azul. | Prefeitura Municipal de Solânea \(solanea.pb.gov.br\)](http://Governo de Solânea apoia funcionamento de clínica-escola para autista Instituto Casa Azul. | Prefeitura Municipal de Solânea (solanea.pb.gov.br)Acesso em: 07.nov.2021)Acesso em: 07.nov.2021.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Tradução Juliana dos Santos Padilha. Porto Alegre: Artmed Editora, v. 1, f. 60, 2010. 120 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Editora moderna, 2003.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ermani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SHEILA, A.; APARECIDA, A.; **A importância da formação inicial e contínua para a atuação do profissional da educação/educação física escolar**. Nuteses/faefi/ufu. Uberlândia: ufu, 2004.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.